

A Posse da Terra numa Freguesia do Alto Alentejo

A Percepção da Importância da Posse da Terra para a População Residente da Aldeia da Luz ¹

João Pedro Reino

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa diz respeito à percepção da importância da posse da terra para a população residente da aldeia da Luz. Assim o objectivo consiste em compreender a relação entre a propriedade da terra e as relações sociais e culturais, ou seja, em clarificar qual o significado que a posse da terra tem para a população residente da Luz.

A aldeia da Luz raramente aparece referida em documentos. A sua existência reporta-se sempre ao castelo Romano da Lousa ou às peregrinações a Nossa Senhora da Luz ².

Segundo os *Censos de 91* a Luz possuía 394 habitantes ³. Constituí uma aldeia adormecida no tempo, ignorando o “progresso europeu” e condenada ao desaparecimento com a construção da tão longamente discutida barragem do Alqueva ⁴.

DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA

Na aldeia prevalece o sexo masculino, com 187 indivíduos, enquanto ao sexo feminino pertencem 176 habitantes. A estrutura demográfica denota uma população envelhecida, sobretudo o sexo feminino.

Em relação ao estado civil, predominam os(as) casados(as), embora seja de salientar o número dos(as) viúvos(as). A população residente na Luz possui, na sua maioria e em ambos os sexos, um nível de instrução baixo e a maioria dos habitantes encontram-se empregados.

Este é o universo de estudo do qual, apesar de ser relativamente pequeno, será retirada uma amostra que será não probabilística, uma amostra de quotas. Portanto, através de uma amostra qualitativa procederei à realização de entrevistas a alguns habitantes implicados numa rede de relações com outros que partilham a característica de interesse.

Para testar a hipótese, o prestígio estratégico da posse da terra aumentou aquando da construção da barragem de Alqueva para a população residente da Luz, seria conveniente inquirir toda a população residente na aldeia da Luz. Contudo tal não foi possível como consequência da falta de recursos humanos e da escassez de meios financeiros, impossibilitando uma investigação exaustiva. Deste modo, os questionários foram realizados apenas a trinta e seis indivíduos (10% da população residente).

Através dos controlos independentes (Ver Quadro N° 1), actividade económica, grupos etários e proprietários, pretende-se garantir uma representatividade correcta de cada um dos três controlos de quota separadamente ⁵. Por conseguinte, para assegurar que a amostra tenha a correcta combinação das características, utilizaram-se controlos interligados.

TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Os métodos de pesquisa utilizados no decorrer da investigação foram em primeiro o contacto com os informantes privilegiados e a observação participante. Isto significa que procurei viver o dia a dia da comunidade, tentando ter uma visão *emic*, mais intimista, de toda a aldeia. Em segundo lugar, recorri numa fase mais avançada da investigação, a entrevistas semi-estruturadas, com questões directas, dando liberdade de resposta, de forma a obter o máximo de informação e a transformar as entrevistas em conversas quotidianas.

Como consequência da complexidade social e pelo facto das estratégias camponesas estarem sujeitas a normas, crenças, símbolos e integrarem uma cultura fundiária, para além das motivações económicas, a unidade de análise privilegiada será a família.

ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS QUESTIONÁRIOS

Os dados recolhidos a partir dos questionários foram sujeitos a dois tipos de análise. Em primeiro lugar, fez-se uma análise estatística (análise quantitativa), na qual se utilizou o programa SPSS⁶. Em segundo, foi feita uma análise qualitativa. Nesta fase utilizei a análise de conteúdo por forma a esclarecer toda a informação contida nas questões abertas.

É de salientar que 47.3% dos indivíduos tem uma idade igual ou superior a 55 anos. Isto denota que a maioria dos inquiridos (17) se encontram numa idade avançada. Outro dado interessante é o reduzido número de habitantes que têm uma idade compreendida entre os 35 e os 54 anos. Este facto explica-se pela forte emigração que nas últimas décadas atingiu a Luz, segundo o senhor Eduardo⁷.

Relativamente ao facto de possuir ou não terras que vão ficar submersas pela água da barragem de Alqueva, 55.6% (20 entrevistados), afirmaram que não possuíam terras que fossem afectadas pela água da barragem, enquanto 44.4% (16 indivíduos) afirmaram precisamente o contrário.

No entanto, quando questionados se cultivam alguma terra, a maioria não afirma cultivar terra. 63.9% (23 entrevistados) já não cultivam parcela e 36.1% (13 entrevistados) continuam a amanhoar a terra. No que se refere aos produtos que cultivam a maioria das

peessoas, 36.3% (13 inquiridos), cultivava mais que um tipo de cultura e apenas 11 inquiridos, 30.6% cultivam apenas um tipo de cultura. (Ver Quadro Nº 2). Quanto à dimensão da propriedade, predomina a pequena propriedade. Entre os entrevistados proprietários, 50% possui ferregiais com uma dimensão inferior a 2 ha .Contudo, a maioria, 37.5%, dos prédios têm uma dimensão inferior a 1 ha .

ANÁLISE CORRELACIONAL DE ALGUMAS VARIÁVEIS

Considerarei ser vantajoso e relevante fazer o cruzamento de algumas variáveis para averiguar se existe algum dado pertinente que pudesse enobrecer a pesquisa assim como as conclusões.

No que respeita ao cultivo da terra, a maioria dos inquiridos que cultivava alguma terra pertence ao sexo masculino (9 em 13). Há um pequeno número de mulheres a trabalhar a terra e um grande número de indivíduos a dizer que não amanha a terra (23 em 36).

Em relação aos prédios que cultivava, a maioria das mulheres dedica-se essencialmente ao cultivo de produtos hortícolas. No que se refere à dimensão da propriedade, a maioria das mulheres (6 em 7) cultivava parcelas inferiores a 1 ha . Por sua vez os homens cultivavam propriedades no mínimo com 1 ha (Ver Gráfico Nº 1).

Relativamente ao cruzamento da situação de emprego com possui terras que vão ficar submersas pela água da barragem, pode-se afirmar que os proprietários encontram-se distribuídos por todos os

escalões (excepto no de estudantes), estando contudo mais representados no dos empregados e reformados. Dentro daqueles que não cultivam nenhuma terra destacam-se também os empregados e os reformados. Entre os que cultivam são mais uma vez os empregados que mais se destacam.

Porém, a maioria dos empregados dedica-se ao cultivo das culturas hortícolas, associada quase sempre a outra cultura. Aliás diga-se que os produtos hortícolas são os mais cultivados entre os entrevistados independentemente da situação de emprego.

No que se refere à dimensão da propriedade, pode-se dizer que o proprietário mais novo situa-se no grupo etário entre os 30 a 34 anos. A maioria dos proprietários (11 indivíduos, 68.9 %) tem mais de 55 anos e 50% dos proprietários tem entre 60 a 69 anos.

Os ferregiais mais afectados pela submersão são aqueles que possuem uma dimensão inferior a 1 ha. São também estes que na sua maior parte (4 em 6) se encontram abandonados ou estão em poussio ou são incultos, enquanto os restantes são todos cultivados.

Acerca do destino dos produtos, salienta-se que nos prédios com uma dimensão inferior a 1 ha, quase na sua totalidade, o destino dos produtos é unicamente para consumir em casa. Por sua vez nos prédios com uma dimensão superior a 1 ha, predomina a situação mista de gastar em casa e venda no mercado.

Em relação ao estrato social em que se posiciona, os proprietários dos prédios com uma dimensão inferior a 1 ha situam-se num estrato baixo (25 %). Todavia a grande maioria dos

proprietários (10 em 16, 62.5 %) posiciona-se no estrato médio e a dimensão da propriedade varia entre o 1 e os 50 ha. O único indivíduo que se posiciona no estrato médio/alto também é o único a ter uma dimensão de propriedade entre os 50 e os 100 ha (Ver Gráfico N° 2).

No que diz respeito ao grupo etário, a única informação que há a acrescentar é que são os habitantes dos grupos etários acima dos 55 anos que mais cultivam a terra.

CONCLUSÃO

Há a destacar que a agricultura para além de ser muito mais valorizada pelos homens do que pelas mulheres, as opiniões dos dois sexos são muito antagónicas. Os homens atribuem uma grande importância à agricultura enquanto as mulheres lhe dão pouca importância. Por outro lado o sexo feminino dá pouco valor à agricultura e muito significado à terra ao passo que o sexo masculino concede tanto valor à agricultura como à terra. Em ambos os sexos são os empregados que dão mais importância à agricultura e à posse da terra. Demonstram um apego à terra, que embora não constitua a base fundamental de sustento continua a ser cultivada por esses indivíduos.

Ao nível dos proprietários e dos não proprietários a terra possui um grande significado, sobretudo para os primeiros. Porém o mesmo

não se passa em relação à importância da agricultura, que para a maioria dos não proprietários tem pouco significado. Os proprietários continuam a afirmar que tem muita importância.

Apesar dos homens principalmente os proprietários/empregados terem respondido que a agricultura é muito importante para a aldeia, na realidade, na vivência quotidiana que tive com eles, através da observação participante e dos contactos com os informantes qualificados, cheguei a conclusões opostas. Só três vivem unicamente da agricultura, sendo dois deles queijeiros, os restantes fazem da agricultura uma actividade complementar (dedicam-se a ela nos fins-de-semana ou nos fins de tarde quando os dias são claros, de acordo com o senhor Ricardo), tendo o estatuto de “ hobby “ .

Pode-se concluir que pelo número de empregados que explora a terra, a agricultura para a maioria dos entrevistados não é encarada como uma actividade profissional, sendo uma actividade essencialmente de base familiar e estando a exploração condicionada pela disponibilidade de tempo do agregado. Trata-se de uma agricultura baseada em explorações domésticas para autoconsumo e não uma gestão agrícola com fins comerciais.

É através do cultivo de parcelas nas proximidades da aldeia ou nos quintais que estes agregados tiram um complemento para a economia da família. O destino dos produtos é o autoconsumo, frequentemente, a mesma pessoa é simultaneamente agricultor e empregado. Só no caso do « grande proprietário » o destino dos

produtos é o mercado. Porém mesmo neste último predomina a policultura, ou seja, a não especialização (cultiva mais que um tipo de culturas).

Existe assim uma “*décalage*“, disparidade entre a representação que a maior parte dos entrevistados, principalmente do sexo masculino e proprietários/empregados, têm da importância da agricultura na aldeia e o peso económico que esta possui na realidade.

Os indivíduos empregados e proprietários continuam a cultivar a terra que já não é a sua fonte de sustento e que em termos económicos tem uma importância marginal. No entanto, a continuação desta actividade que era a dos seus antepassados, trazendo um rendimento complementar mas não sendo feita a tempo inteiro, denota a existência de um equilíbrio da função económica e da função simbólica da agricultura. A terra não é abandonada mas continua a ser cultivada, não sendo apenas o factor económico a motivar tal facto.

Parece-me pois que a agricultura funciona para alguns entrevistados como um elemento estruturante da identidade colectiva da Luz, permitindo que esta no seu imaginário não seja apenas um satélite de Mourão, dependendo deste para emprego mas que tenha uma actividade económica própria e de importância que a destaque da sede do concelho.

Também a actividade agrícola praticada pelos empregados/proprietários permite-lhes um reforço da sua identidade

repetindo os mesmos gestos milenares dos seus antepassados. Parecendo a posse de propriedade ter como consequência uma “ obrigação moral e atávica “ do seu cultivo, ainda que este cultivo seja apenas de uma parte dessa terra e esta actividade não seja praticada a tempo inteiro.

Da análise dos dados podemos também concluir que na Luz existem dois “ *territórios* “, dois “ *mundos* “. O “ *território masculino* “, isto é, o “ *mundo agrícola* “, representado essencialmente pelos homens, no qual as mulheres têm um papel muito reduzido e pouco interventivo (embora haja mulheres a amanhar a terra), e o “ *território feminino* “, o “ *mundo da casa* “. Aqui tudo o que se passa intra-muros é regulado pelas mulheres, sendo elas as detentoras do poder doméstico.

Na aldeia da Luz são ainda muito fortes os laços com a terra, isto é, a posse da mesma tem um grande valor para a comunidade. Mesmo para aqueles cujo principal meio de vida radica no sector industrial e serviços, a posse da terra e o seu cultivo não deixa de estar presente, ainda que, por vezes, no caso do seu cultivo, de uma forma limitada.

O peso do sector primário é inferior ao sector terciário ou secundário. Apesar disso quanto maior é a dimensão da propriedade mais elevado é a posição no estrato social, isto é, a um aumento de posse da terra corresponde uma melhoria no estrato social ainda que não no grau de instrução dos proprietários.

Contudo, verifiquei que emergem como elementos relevantes para

a vida da aldeia, os residentes ligados tanto ao plano administrativo como ao plano económico que não são os possuidores dos maiores patrimónios fundiários ou estão inseridos na categoria dos não proprietários.

Convém também mencionar que o envelhecimento da população reflete-se na posse da terra, não havendo ainda um rejuvenescimento dos proprietários. Por outro lado a posse da terra está fortemente marcada pelo sexo. A dimensão da propriedade do sexo feminino é quase toda ela inferior a 1 ha e todos os prédios que possuem mais que 1 ha pertencem ao sexo masculino.

Em face daquilo que foi exposto a hipótese não foi confirmada. Constata-se que a terra funciona como um elemento de coesão e de identidade e também como um elemento de estruturação social. A terra é importante para quase todos os entrevistados, enquanto na agricultura esta concordância já não existe. A importância da agricultura e da terra parecem ter caminhos dissociados.

O valor simbólico da terra, transforma-se num signo, num elemento integrador no espaço da comunidade. Logo, a posse da terra representa um importante factor de equilíbrio. No entanto, todo este valor simbólico e de prestígio tem de ser contrabalançado com pelo menos três factores que talvez expliquem o facto desta hipótese não ser confirmada. São talvez estes factores que podem actuar como travão desse aumento de prestígio estratégico da posse da terra e conduzir a uma subtil mas inevitável erosão da importância social e simbólica da mesma. Estes factores são de ordem demográfica,

económica e cultural :

- A progressiva diminuição da população e o seu envelhecimento faz diminuir a pressão sobre a terra ;
- A abertura da aldeia ao exterior permitida pelos meios de comunicação (principalmente a televisão) e pela emigração mostra modos de vida que derivam o prestígio social de factores como o dinheiro e o saber ;
- A importância das actividades profissionais não agrícolas e exercidas no exterior como fonte de rendimento.

O produto da terra e a agricultura tem vindo a perder importância, funcionando como um factor de complementariedade, face aos rendimentos obtidos no exterior através do trabalho. Contudo esta secundarização da agricultura e dos produtos dela obtidos, não conseguiu ainda fazer perder o significado atribuído à terra pela população residente da Luz.

NOTAS

1 - Artigo baseado na investigação por mim desenvolvida no âmbito do Seminário em Investigação Antropossociológica, o qual constituiu a minha Tese de Licenciatura.

2 - CARDOSO, Maria Isabel C. P. Alçada, *Aldeia da Luz – Memória de uma Identidade*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1996, 200 p., Volume I, Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos.

3 - De acordo com informações de um Informante Qualificado em 1994 o número tinha descido para 363 habitantes.

4 - CARDOSO, Ob. cit., 7.

5 - MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994, 219 p.

6 - Stastical Package for the Social Sciences.

7 - De forma a proteger e a manter a privacidade das pessoas, todos os nomes dos habitantes da Luz e Informantes Qualificados são pseudónimos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campo – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, s. l. , Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, s. d., 547 p., nº 2.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, « Declínio de um Tempo Longo », in *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1996, p. 35 – 76 .

BARROS, Afonso de, *Do Latifundismo à Reforma Agrária – O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, 636 p. .

CARDOSO, Maria Isabel C. P. A., *Aldeia da Luz - Memória de uma Identidade*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1996, 200 p., Volume I, Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos.

CENSOS 1991 – Região do Alentejo, Instituto Nacional de Estatística, 1993, 189 p. .

CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo - (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição, s. l., Livraria Sá da Costa, 1977 [1971], 433 p., tradução de J. L. Duarte Peixoto.

DÍAZ, Emma Martín e MELERO, Luisa, « Intensificación de la Agricultura y Cambios en la Estructura Social y el Sistema Simbolico en la Zona de Palos y Moguer », in *Anuario Etnológico de Andalucía 1988 – 90*, s. l., Junta de Andalucía, s. d., p. 137 – 47.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla (Coord.), *Sobre Agricultores y Campesinos – Estudios de Sociología Rural de España*, s. l., Servicio de Publicaciones Agrarias, s. d., 430 p. .

HESPANHA, Pedro, *Com os Pés na Terra - Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*, s.l., Edições Afrontamento, 1994, 268 p., 6.

LIMA, Aida Valadas de, « A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal - Uma Primeira Aproximação à sua Quantificação », *Análise Social*, XXII, 2ª, 1986, p. 371 – 379.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte, *Portugal - O Sabor da Terra – Alto Alentejo*, s. l., Círculo de Leitores, s. d., 126 p. .

- *Portugal - O Sabor da Terra*, s. l., Círculo de Leitores, s. d., 220 p. .

MATTOSO, José (Dir.), « A “ Grei Agrária “ », in *História de Portugal*, Sétimo volume, s. l., Círculo de Leitores, s. d., p. 31 – 59 .

MILEU, Roberto, « A Exploração Familiar no Alentejo », *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Dezembro 1981, p. 195 – 201.

MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994, 219 p. .

- « A Entreajuda e a Cooperação em Meio Rural », *Estudos Políticos e Sociais*, 3 - 4, 1987, p. 449 - 62.

PINTO, António Urbano J. C. Fialho, *Mudança em Alqueva*, Lisboa, p. 354, Dissertação de Candidatura ao Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade em Antropologia Cultural, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

PINTO, José Madureira, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico - Ideológicas nos Campos - Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1981, p. 511, Dissertação de Doutoramento em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

RODRIGO, Isabel, « Identidades Sociais e Agriculturas Familiares », *III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*, II, Lisboa, 1995, p. 475 - 88.

SANTO, Moisés Espírito, *Comunidade Rural ao Norte do Tejo - Estudo de Sociologia Rural*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980, 222 p. .
